CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
ISSN 2763-8588

ALFABETIZAÇÃO PELA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA: assunção à cidadania

Silvane Friebel[1]

Eixo temático: 4. Alfabetização e Infância

Resumo: O presente Relato de Experiência tem por objetivo apresentar o projeto de intervenção pedagógica para a alfabetização de alunos de 3º ano do Ensino Fundamental com necessidades de aprendizagem na Escola Classe 01 da Estrutural - Distrito Federal. Também, por meio deste relato, demonstrar intervenções pedagógicas pontuais e intencionais que possibilitam a alfabetização. O aporte teórico está posto na perspectiva da alfabetização para emancipação proposta por Freire, Pedro Demo e Benigna de Freitas Villas Boas, entre outros. A proposta da aplicação do Projeto Interventivo: Vencendo as Barreiras da Alfabetização adota abordagem qualitativa, considerando a realidade dos estudantes e suas necessidades de aprendizagem. Em que pese dificuldades enfrentadas e recorrentes do ensino público, este projeto é desenvolvido por professores que se dispõem a promoção intencional do repensar das concepções e práticas pedagógicas, visando propiciar o alcance da aprendizagem. Pode-se afirmar que, mesmo com as vicissitudes da vida, a partir de processos sócio-históricos, a alfabetização ocorreu e, como resultado, transformou 115 estudantes, de um total de 317 matriculados no ano de 2022, de meros expectadores à escritores de sua própria história, dotados de direitos e desejos e alfabetizados.

Palavras-chaves: alfabetização; emancipação; cidadania; direitos humanos; intervenção pedagógica.

Introdução

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei 9394/96, em seu art. 23, indica as modalidades com as quais o Estado poderá organizar a Educação Básica. Dentre elas, encontramos os Ciclos ali ancorados. No Distrito Federal, a implantação dos Ciclos na SEEDF se deu em 2005, os quais foram concebidos como Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), cuja prerrogativa baseia-se na promoção de um de trabalho pedagógico inovador voltado à alfabetização e ao letramento pleno e proficiente dos estudantes até o término do 3º ano.

[1]Silvane Friebel é mestranda em Direitos Humanos e Cidadania no Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, PPGDH - Universidade de Brasília, sob orientação do Professor Dr. Pedro Demo. Especialista em Educação à Distância e Psicopedagogia, graduada em Pedagogia e Biologia, é professora de Educação da Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e pesquisadora do Grupo de pesquisa em Avaliação e Organização do Trabalho Pedagógico (UnB/CNPq). Contato: silvanefriebel@gmail.com.

Na modalidade, encontra-se alicerçado o Projeto Interventivo, que consiste em atender estudantes com dificuldades de aprendizagens, os quais requerem atendimento específico e diferenciado. Para tanto, considera-se os diversos níveis de aprendizagem e sua condição sociocultural, o que coaduna com saberes e ensinamentos humanistas de Paulo Freire, daqueles alicerçados na LDB, em Teberosky e Tolchinsky, Morin, Mainardes, Villas Boas, Luckesi, Demo e do Currículo em Movimento da Educação Básica da SEEDF.

O Projeto Vencendo as Barreiras da Alfabetização iniciou-se em 2018, na Escola Classe 01 da Vila Estrutural, situada em uma região de vulnerabilidade social. Ali, em um passado recente, abrigava-se um depósito de resíduos sólidos urbanos denominado “Lixão da Estrutural” (um dos maiores lixões à céu aberto da América Latina), situado a 15 quilômetros do centro do poder.

Alinhado à filosofia do Projeto Interventivo, o método constituído é composto por momentos interdependentes: identificação ou problematização; elaboração do projeto; desenvolvimento; sistematização da avaliação das atividades do projeto nos períodos definidos pela escola e, por fim, a avaliação desses atendimentos e de suas respectivas metodologias aplicadas, considerando cada estudante.

A relevância e necessidade do Projeto justifica-se, visto que a SEEDF avoca no seu documento orientador, o Currículo em Movimento da Educação Básica, que,

> historicamente, a escola pública não incorporou de forma efetiva as demandas das classes populares, mesmo com a democratização do acesso da maioria da população ao Ensino Fundamental. O indicador dessa incompletude da escola se revela por meio da não garantia das aprendizagens para todos de maneira igualitária (SEEDF, 2018, p. 35).

A implantação desse projeto acende luz para a necessidade de garantir um direito social humano, o direito à educação, como também que bravatas ascensionais alfabetizatórias podem ser executadas em escolas periféricas mesmo em meio as dificuldades encontradas na educação pública.

Este Relato de Experiência baseia-se em Macedo (2016) que se refere à pesquisa como acontecimento. Logo, a experiência é compreendida a partir das perspectivas, de que o acontecimento é inseparável da subjetividade e promotor de memória incorporada em um *lócus* criado e habitado pela experiência, cujo objetivo é apresentar a realidade possível dentro de um contexto escolar marginalizado e periférico.

Nesse sentido, alfabetizar pela intervenção pedagógica estudantes com necessidades de aprendizagem de 3º ano do Ensino Fundamental da Escola Classe 01 da Estrutural do Distrito Federal é reafirmar que uma boa organização do trabalho pedagógico local pode proporcionar aos estudantes oportunidades de aprendizagens e ganhos significativos para

sua formação em cumprimento aos direitos humanos, enquanto instrumento de transformação nas relações sociais, afirmadas no direito inalienável de aprender.

2 Fundamentação teórica

Ciclos de Aprendizagem

Para Teberosky e Tolchinsky (2001), não há diferença em ler e escrever, pois esses atos têm disparidades que vão muito além da alfabetização e estão associadas a aspectos sociais e econômicos determinantes no acesso e plenitude do direito à educação e aprendizagem.

Faz-se necessário atentar para mudanças no modelo educacional que oportunizem melhores condições para que as crianças dominem a leitura e a escrita por meio do ensino que recebem na escola. Para Morin (2015),

> podemos fazer mudanças progressivas na direção da personalização, colaboração e autonomia ou mais intensas ou disruptivas. Só não podemos manter o modelo tradicional e achar que com poucos ajustes dará certo. Os ajustes necessários – mesmo progressivos - são profundos, porque são do foco: aluno ativo e não passivo, envolvimento profundo e não burocrático, professor orientador e não transmissor (MORIN, 2015, p.8).

Pensando nas mudanças, a implantação dos Ciclos na SEEDF, em 2005, intencionou defender[2] a assunção de uma educação melhor, menos excludente e mais inclusa, focada na diminuição do quadro de fracasso escolar. Mas, há muito por perquirir com os Ciclos, especialmente a efetivação dessa política em sala de aula e sua interpretação à luz das reais perspectivas atribuídas a ela, como a formação continuada dos professores por exemplo.

Mainardes (2007) evidencia que, como forma de superar o fracasso escolar e os elevados índices de reprovação, houve assertivas emergentes dos Ciclos de Aprendizagem no Distrito Federal. Tais postulações visam uma forma de inovação educacional, com caráter mais democrático e menos seletivo, visando garantir a todos os estudantes a apropriação do conhecimento da forma mais ampla, exitosa e no menor tempo possível.

Em uma perspectiva freireana, é imprescindível enxergar a escola como um espaço de ações coletivas. É fundamental também ter como objetivo uma análise crítica para localizar pontos vulneráveis que precisam de modificações e, a partir disso, rever essas práticas para superá-las com atividades que provoquem o engajamento, a motivação, o vínculo e o pertencimento à escola.

[2] Em educação – em um período de tantas mudanças e incertezas - não devemos ser xiitas e defender um único modelo, proposta, caminho (MORAN, 2015, p.11).

4.2 Projeto Interventivo

No processo de formação humana, analisar a realidade, perseguir valores como igualdade, oportunidade, democracia, cidadania e participação não podem ser ações folclóricas para a escola. Por essa razão, ela tem a função de promover a aquisição de conhecimentos, comportamentos, habilidades e valores, os quais autorizam o sujeito a ter uma vida social plena, além de formar capital humano para permitir o aumento da renda individual e, consequentemente, a ascensão econômica em sociedade.

Pensando na garantia do direito à aprendizagem, o Projeto Interventivo é uma estratégia de intervenção pedagógica, cuja finalidade é atender aos diversos níveis de aprendizagem de estudantes agrupados em salas pelo critério etário. Ele apresenta características próprias e precisa fazer parte do Projeto Político-Pedagógico[3] da escola.

Nessa perspectiva, é importante entender como esses dois instrumentos podem transformar a realidade dos estudantes e da comunidade em que a escola está assentada. Como aponta Demo (1994),

> é fundamental acentuar que planejamento participativo não pode esconder sua tessitura típica de proposta de intervenção na realidade. Todo planejamento significa intervenção, pois parte da convicção de que é possível direcionar o curso da história, pelo menos em parte. O que diferencia planejamento participativo de outros não é uma pretensa supressão da intervenção, mas atitude alternativa ante a intervenção: consciente de que é intervenção, trata de reduzi-la, compondo uma cena de atores produtivos na qual a discriminação entre sujeitos e objetos diminua ao mínimo possível. Planejamento participativo, em termos realistas e dialéticos, é aquele que democratiza a intervenção. Como na democracia, não se suprime o poder, mas se busca domesticar o poder, por meio de controles federativos (Demo 1985c, Motta 1981). (DEMO, 1994. p. 90-91).

Avançando na discussão desse instrumento valioso, o Projeto Interventivo, Villas Boas (2004) afirma que é preciso pautar-se na avaliação para as aprendizagens para que seja possível identificar o que os estudantes já aprenderam e o que ainda não. Desse modo, intervenções pedagógicas pontuais, valorizando as dimensões técnica, social, afetiva, política e ética, podem ser promovidas para que se prossiga avançando no processo de ensino e aprendizagem.

Para tanto, é fundamental que os estudantes estejam acompanhados por profissionais qualificados. Morin (2015) é enfático nesse sentido quando aponta que,

> nas etapas de formação, os estudantes precisam de acompanhamento de profissionais mais experientes para ajudá-los a tornar conscientes alguns processos,

[3] Veiga (1998) de forma clara e objetiva, aponta que o PPP é um instrumento que permite a participação e a decisão de todos, organiza o trabalho pedagógico, direciona os projetos da escola, e por conseguinte, firma um compromisso visando à formação do cidadão.

> a estabelecer conexões não percebidas, a superar etapas mais rapidamente, a confrontá-los com novas possibilidades. Quanto mais aprendamos próximos da vida, melhor. As metodologias ativas são pontos de partida para avançar para processos mais avançados de reflexão, de integração cognitiva, de generalização, de reelaboração de novas práticas (MORIN, 2015, p.4).

O Projeto Interventivo tem muitos potenciais que podem transformar o trabalho pedagógico da escola em espaço de reflexão, debate e desenvolvimento de atividades originais e autorais. A intervenção pressupõe investigação, produção e inovação. Logo, por meio do Projeto Interventivo, acredita-se que se possa resolver o problema da alfabetização de certa parcela de estudantes.

3 Metodologia

O percurso metodológico deste Relato de Experiência apoia-se na abordagem qualitativa, um processo enriquecedor para o objeto estudado, pois dá-se naturalmente por meio de múltiplas interações humanas, através das quais a contextualização sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação/reinterpretação são processos possíveis de serem evidenciados (Demo, 2001).

Nessa perspectiva, a contextualização sócio-histórica denuncia uma região de vulnerabilidade social do Distrito Federal: a Cidade Estrutural. Situada a 15 quiômetros do centro do poder, a duras penas, essa localidade desempenhou um papel fundamental na luta por seus direitos desde a sua formação.

Sob os preceitos galvanizados de Paulo Freire, a metodologia em tela operou a alfabetização como assunção aos direitos humanos e cidadania. Ancorando-se em três momentos: a constituição da investigação (centralidade de bebates permeados pelo educador e educando); a tematização (busca do autêntico e crítico significado social, a fim de que o estudante tome consciência da sua realidade); e a problematização (aspira-se superar a investigação, considerando como ponto de partida uma visão crítica da realidade).

Nesse sentido, os dados relacionados às amostras quantitativas de estudantes atendidos foram formalizados e submetidos a uma interpretação ostensiva. É importante entender que o próprio dado já é um resultado teórico, naturalmente exposto ao apelo ideológico (Demo, 2001). Atentou-se, também, aos termos da Resolução Conselho Nacional de Saúde (CNS) 466/2012[4] durante toda essa etapa metodológica.

Para tanto, a amostra foi de 118 estudantes atendidos de 317 matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental da Escola Classe[5] 01 da Estrutural no ano de 2022, e neste contexto,

[4] "Considerando o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos".
[5] Escola da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (SEEDF).

foi elaborado o presente Relato de Experiência cujos resultados e discussões seguem na próxima seção.

4 Resultados e Discussão

No intuito de garantir robustez ao Projeto Interventivo[6]: Vencendo as Barreiras da Alfabetização, segue o gráfico do Resultado Final relativo às amostras:

Resultado Final

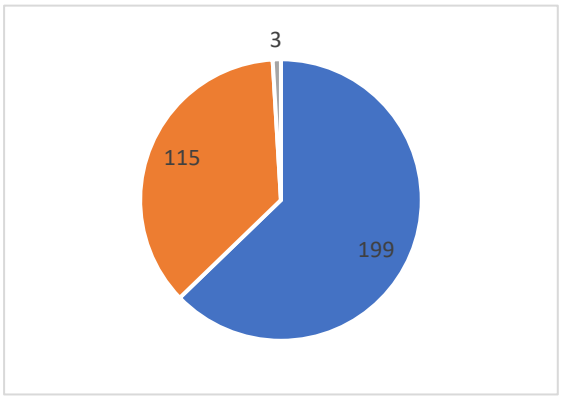

Gráfico 5

Fonte: Friebel, 2022

Dos 118 alunos frequentes do Projeto Interventivo de 2022, apenas 03 não obtiveram êxito.

Isso implica dizer que 2,54% não supriram as necessidades de aprendizagem e, portanto, não avançaram para o 4º ano.

O aproveitamento geral do projeto atingiu o índice de 97, 46%.

Quanto aos resultados qualitativos e quantitativos, o Projeto Interventivo serviu-se para o alcance de um índice satisfatório em relação ao que é orientado nos Eixos Transversais do Currículo em Movimento da SEEDF[7]. A importância dos Eixos reside na contribuição com a organização curricular para o trabalho pedagógico e na intenção de emancipação pelo conhecimento, considerando as relações de poder nos diferentes espaços educacionais produzidos através de relações de assimetria e desigualdade (SEEDF, 2018).

Os resultados evidenciam que o Projeto Interventivo, com um índice de 97,46% de aproveitamento, é uma prática pedagógica emancipatória, uma vez que a educação é modeladora da cidadania. Por conseguinte, desde que pensada na integralidade, no coletivo e considerando a sua realidade, a educação tem papel fundamental e indispensável na cidadania popular.

Nessa perspectiva, uma boa educação pública resolve o problema da pobreza política, pois, se uma criança tem acesso a uma boa aprendizagem, terá em boas chances de

[6] SEI 00080-00114092/2022-30 (Sistema de Informações Eletrônicas).
[7] A SEEDF, em seus pressupostos teóricos, assegura a identidade **dinâmica** do documento quando, ao se propor em **movimento**, prevê a necessidade de ser avaliado permanentemente nos contextos das escolas e das salas de aula. https://www.educacao.df.gov.br/pedagogico-curriculo-em-movimento/. Acesso em 16 de mar. de 2023.

mudar de vida. Incontestavelmente, a escola é um marco na sua vida e isso repercute na cidadania, já que uma educação crítica emancipa e os põe para fora do sistema de espoliação.

5 Considerações Finais

A educação brasileira, ao longo dos anos, buscou mudanças com o objetivo de melhorar sua estrutura. Desde a instituição da nova LDB, e com a insurgência do neoliberalismo, a escola pública foi apartada e sucateada, ao mesmo tempo em que o Estado concedeu liberdade para que o ensino privado fosse ofertado sem medida.

Dentre as intenções de melhoria na educação brasileira, implantou-se os Ciclos de Aprendizagem, os quais não conseguiram ainda alcançar efetivamente o que propunham. A sua implantação não superou o instrucionismo, e tampouco disponibilizou condições físicas, materiais, financeiras e de formação docente intensiva.

A não alfabetização tem perdurado nas regiões menos favorecidas. Com efeito, mesmo os Ciclos democratizando o acesso à maioria da população, há muito ainda a se perseguir. Nesse contexto, os estudantes precisam ser alfabetizados e saírem da zona cinzenta do incisivo fracasso escolar que atinge sumariamente as classes menos favorecidas, personificadas por pobres, pretos e, na sua maioria, nordestinos que buscavam uma nova vida na “Capital da Esperança”.

Não podemos continuar considerando a educação a partir de um caráter reducionista, apenas como transmissora de saberes prontos e acabados. Ela precisa ser insurgente para um trabalho cuidadoso e responsável. Nesse viés, os documentos orientadores da SEEDF, em especial o Currículo em Movimento da Educação Básica da SEEDF (Eixos Transversais – Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos) objetivam que a formação política deve estar pautada numa perspectiva emancipatória e transformadora dos sujeitos, esforçando-se por promover o empoderamento de grupos e indivíduos situados à margem de processos decisórios e de construção de direitos, favorecendo sua organização e participação.

Em relação aos resultados e discussões, e consoante à premissa de que todos têm direito à educação, observa-se como experiência exitosa a iniciativa do Projeto Interventivo na Escola Classe 01 da Estrutural, o qual atendeu 118 crianças não alfabetizadas do 3º ano do Ensino Fundamental em 2022. Esse atendimento regido pelas professoras, que atuaram com ética, respeito, abnegação, resiliência e que prezam por “encher o estudante de aprendizagem e não os entupir de aula” (Demo, 2018, p.85), foi crucial para que 97,46% dos estudantes pudessem avançar com sucesso no processo de aquisição da alfabetização plena e proficiente.

Por essa razão, a aplicação do Projeto Interventivo advoga-se para um bem maior: alfabetizar o estudante como forma de inclusão social, considerando suas marcas identitárias, de progressão continuada e de redução do fracasso escolar. Utilizando-se de todas as estratégias possíveis, bem como os tempos, espaços e formas de avaliações flexibilizadas, o Projeto Interventivo atua para que aconteça de fato a tão almejada alfabetização e para que se equalizem as desigualdades sociais de forma basilar.

Referências

BRASIL**, Resolução nº 166, de 12 de Dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS)**.

BRASIL. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação.** Lei 9394/96.

DEMO, Pedro. **Atividades de aprendizagem:** sair da mania do ensino para comprometer-se com a aprendizagem do estudante. Campo Grande, MS: Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul – SED/MS, 2018.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação Qualitativa:** Aportes metodológicos**.** Campinas, SP: Papirus, 2001.

DEMO, Pedro. **Política Social, educação e cidadania** - Pedro Demo. Campinas - SP: Papirus, 1994 - (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

MACEDO, Roberto Sidnei. (2016**). A pesquisa e o acontecimento:** compreender situações, experiências e saberes acontecimentos**.** Salvador: Edufba.

MAINARDES, Jefferson. **Reinterpretando os ciclos de aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2007.

MORIN, Edgar. Coleção Mídias Contemporâneas. **Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania:** aproximações jovens**.** Vol. II, Carlos Alberto de Souza e Ofélia Elisa Torres Morales (orgs.). PG: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015.

SEEDF. **Currículo em Movimento do Distrito Federal –** Pressupostos Teóricos**,** 2018.

TEBEROSKY, Ana; TOLCHINSKY, Liliana. **Além da alfabetização**: a aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática. São Paulo: Ática, 2001.